Uma proposta de reconceptualização do trabalho abstrato

João Machado Borges Neto[1]

Resumo

Este trabalho retoma a discussão do conceito central da teoria do valor de Marx — o de trabalho abstrato —, contrapondo-se tanto às interpretações que o tratam como simples abstração sem realidade social, quanto às interpretações que, embora procurem fundamentar esta realidade, não são capazes de mostrar esta realidade de modo que o conceito de trabalho abstrato possa cumprir o papel que lhe era atribuído por Marx.

O ponto central destacado aqui é que, se há uma clara distinção entre trabalho concreto e trabalho abstrato, não se pode, por outro lado, prescindir da relação entre eles. A separação total dos dois conceitos termina por negar a determinação do valor a partir do tempo de trabalho.

Abstract

This paper retakes the discussion of the central concept of the Marx's theory of value — the one of abstract labor — opposing both to the interpretations that treat it as a mere abstraction, without social reality, and the interpretations that, although try to develop the fundaments of this concept, are not able to show that it can accomplish the role that was given it by Marx.

The central point highlighted here is that, if there is a clear distinction between concrete labor and abstract labor, we cannot, on the other hand, forget the relationship among them. The total separation of the two concepts ends up denying the determination of the value starting from labor time.

1 — As dificuldades para o conceito de *trabalho abstrato* satisfazer o que se exige dele

Como é bem conhecido, o *trabalho abstrato* tem um lugar-chave na teoria do valor de Marx; o grau de exigência em relação a este conceito é proporcional a esta importância. Por

[1] Do Departamento de Economia da PUC-SP

outro lado, apesar de mais de um século de debates a respeito, o significado deste conceito ainda está sujeito a controvérsias. Esta falta de consenso deixa ainda espaço para novas formulações a respeito.

Antes de situar o objetivo deste trabalho, convém fazer um breve retrospecto dos debates em torno do tema do trabalho abstrato, começando com uma proposta de explicação para as dificuldades que justificam o caráter prolongado e inconclusivo de toda a discussão.

Como fica muito claro com a leitura do primeiro capítulo do Livro I de *O Capital*, o conceito de trabalho abstrato desempenha um papel-chave na teoria do valor de Marx, fundamentando a determinação da quantidade de valor pelo trabalho. A importância do conceito, no entanto, vai muito além disso. Para Marx, o trabalhão abstrato constitui a *substância*, o *conteúdo* do valor. Ou seja, dá a base para tratar o *valor como substância*. A partir daí, o valor pode ser mais do que uma simples relação (isto é, mais do que um mero *valor relativo*): pode ter uma *existência real* — ainda que aqui se trate, como Marx enfatiza, de uma *substância social*, e não de uma substância física. Para que esta formulação se sustente, o *trabalho abstrato* tem de ser algo *real*; não pode ser uma mera generalização mental — pois neste caso o próprio valor seria reduzido a uma construção mental, não teria realidade social.

A realidade do trabalho abstrato, no entanto, não pode ser justificada da forma que seria a mais simples, a partir da realidade de um dispêndio qualquer de trabalho, isto é, a partir da realidade do *trabalho concreto*.

À primeira vista, isto até seria possível. De fato, a ninguém ocorreria pôr em questão a realidade do trabalho concreto. Como o trabalho abstrato é um outro aspecto do dispêndio concreto de trabalho humano, não teria automaticamente a mesma realidade dele? Não, porque o trabalho abstrato é, para Marx, uma coisa que os diversos dispêndios de trabalho têm em comum, é uma *generalidade*. Mostrar que o trabalho abstrato tem uma existência real implica, portanto, em primeiro lugar, mostrar que esta generalidade tem uma existência real, ou seja, não se reduz a uma *generalização mental*.

A exigência feita ao conceito de trabalho abstrato fica mais clara quando levamos em conta os argumentos com base nos quais Marx descarta o *valor de uso* ou a *utilidade* como possíveis fundamentos do valor: não existe um valor de uso em geral ou uma utilidade em geral. Uma *utilidade em geral* somente pode ser uma generalização sem existência própria — ela existe apenas nos valores de uso singulares. Ao contrário do que interpretaram autores como Böhm-Bawerk, Marx não excluiu a utilidade em geral como possível fundamento do valor com

base em puros argumentos lógicos; o ponto-chave, para ele, é que ela não tem realidade [Kay 1979, pp. 52-4]. Trata-se, portanto, de um argumento empírico, que podemos exemplificar da seguinte maneira: é impossível usar alimentos sólidos para matar a sede; no meio de um deserto, não há quantidade de alimentos sólidos que possa substituir a água. Se houvesse uma *utilidade em geral*, de modo que as utilidades particulares se distinguiriam apenas por sua quantidade, isto seria possível.

Por outro lado, enquanto *valores*, alimentos podem ser substituídos por água. O ponto crucial a que chegamos, portanto, é este: é possível explicar este caráter substituível dos valores através do trabalho e, portanto, argumentar que o trabalho *em geral* tem realidade? Segundo Marx, sim, é possível: o trabalho abstrato é o trabalho que tem realidade como *generalidade*.

Há, no entanto, uma exigência adicional que deve ser satisfeita: a realidade do trabalho abstrato deve ser uma realidade *social* e, portanto, não pode ser constituída pelas características fisiológicas comuns a todos os trabalhos concretos. Ou seja, o trabalho abstrato deve ser mais do que uma generalização mental, e mais do que a redução dos diversos dispêndios de trabalho às suas características fisiológicas comuns.

No entanto, muitas interpretações da teoria do valor de Marx não captam corretamente este ponto; realizam o que podemos chamar de "leituras vulgares" do conceito de trabalho abstrato. Assim, elas não fundamentam a existência real do trabalho abstrato como realidade social. Ruy Fausto caracteriza estas leituras da seguinte maneira:

> As leituras vulgares interpretavam a abstração que constitui o trabalho abstrato e o valor como se se tratasse de uma simples generalização: nos trabalhos (concretos) do carpinteiro, do construtor, do fiandeiro etc., far-se-ia abstração do que é próprio a cada um deles, da particularidade de cada trabalho, e se obteria assim, generalizando os resíduos, a noção de trabalho abstrato. Esta interpretação nos condena à alternativa: ou o trabalho abstrato não é senão uma construção subjetiva (só haveria no real diferentes trabalhos específicos; constrói-se pelo pensamento, através do procedimento clássico da generalização, a noção de trabalho abstrato, de trabalho em geral); ou esta generalização é real, mas nesse caso — se o trabalho abstrato não é senão uma simples generalidade, obtida ignorando as particularidades dos trabalhos — esta realidade só poderia ser constituída pelas características fisiológicas comuns a todos os trabalhos [Fausto, 1983, p. 123, nota 4].

Nem como generalização mental, nem como redução às características fisiológicas comuns a todos os trabalhos, o conceito de trabalho abstrato consegue cumprir o que lhe é exigido.

Embora estas "leituras vulgares" do conceito de trabalhão abstrato tenham predominado (e predominem até hoje), há várias décadas têm sido propostas interpretações "não vulgares" deste conceito. O pioneiro em uma "leitura não vulgar do trabalho abstrato" foi Isaac Rubin[2], sobretudo com sua *Teoria Marxista do Valor*, desde os anos vinte do século passado. A obra de Rubin tem uma importância fundamental, embora só tenha tido o reconhecimento merecido a partir dos anos 1970, quando foi traduzida do russo para o inglês e, depois, para outras línguas[3]. Sua interpretação se centra justamente na análise da forma social específica que o trabalho assume na economia mercantil-capitalista e, portanto, dá uma importância decisiva ao conceito de trabalho abstrato.

De fato, a ênfase no conceito de trabalho abstrato, bem como nas questões relacionadas da *forma do valor* e das características sociais do trabalho na economia capitalista, seguindo o caminho aberto por Rubin, foi um dos temas centrais da renovação dos estudos sobre a teoria do valor de Marx a partir dos anos 70 do século XX; fala-se freqüentemente, inclusive, em uma "escola Rubin", ou em "escola do trabalho abstrato"[4]. A abordagem desta escola se contrapôs à abordagem mais tradicional, que passou a ser chamada de "abordagem do trabalho incorporado"[5].

Não há dúvidas com relação à importância da obra de Rubin, à necessidade de a importância devida à questão da forma do valor e a enfatizar as características sociais do

---

[2] Rudolf Hilferding, na sua resposta a Böhm-Bawerk [Hilferding 1974, originalmente publicada em 1904], pode ser considerado um precursor.

[3] Inclusive para o português: a Editora Brasiliense publicou sua *Teoria Marxista do Valor* em 1980.

[4] Fala-se também numa "abordagem da forma do valor". Embora a ênfase neste caso seja por vezes um pouco distinta (com o privilégio de uma análise lógico-dialética), esta vertente também se apóia no trabalho de Rubin.

[5] Esta abordagem mais tradicional teve em Maurice Dobb [1945, 1975], Paul Sweezy [1967] e Ronald Meek [1973] seus representantes mais influentes. A "escola do trabalho abstrato" argumentou que estes autores colocam a questão da *forma do valor* — da *forma social* que faz o trabalho se representar como valor — num segundo plano, e tendem a ver o trabalho abstrato simplesmente como o resultado de uma generalização ou de uma redução (por meio de uma abstração) do trabalho concreto; ficam, portanto, em má posição para fundamentar a realidade social do trabalho abstrato — e do valor. Além disso, como a importância da *forma do valor* é um ponto chave na separação entre Marx e a Economia Política clássica [*O Capital* I-I, p, 76, nota 32], estes autores tendem a reduzir esta distinção. Aproximam Marx de Ricardo, e tendem a incluí-lo entre os economistas clássicos. Desta maneira, se aproximam também da abordagem sraffiana ou neo-ricardiana, coerentemente saudada por alguns deles por representar "a reabilitação da economia clássica" e de Marx [Meek 1971b; Dobb 1975, especialmente pp. 279-289].

trabalho na economia capitalista; além disso, vários pontos da argumentação da "escola do trabalho abstrato" devem ser aceitos. No entanto, o tratamento dado pelo próprio Rubin ao trabalho abstrato tem alguns problemas, como veremos; e muitos dos autores que o seguiram (ou se propuseram a ir além dele) interpretaram sua ênfase na idéia de que o trabalho abstrato é desenvolvido pelo *processo de troca* de uma maneira que agravou estes problemas. Na seção 4, faremos uma avaliação crítica de alguns aspectos da abordagem de Rubin. Aqui, salientamos os principais problemas da abordagem dos autores que se apoiaram nele.

Em primeiro lugar, a maneira pela qual contrapuseram o *trabalho concreto* ao *trabalho abstrato* levou muitas vezes à negação da determinação quantitativa do trabalho abstrato (e conseqüentemente do valor) na produção. Um exemplo patente desta posição é dado por John Weeks, que escreveu o seguinte:

> (…) [O] conhecimento ou a percepção do tempo de trabalho é, em qualquer caso, irrelevante para a determinação dos valores de troca. Seja como for, se alguém conhece o tempo que um sapateiro leva para fazer um sapato, isto não fornece nenhuma informação adicional para a determinação do valor de troca dos sapatos além de saber que, de fato, sapatos estão sendo feitos [Weeks 1981, p. 28].

No mesmo sentido, Michael Eldred, outro autor que procurou ir além de Rubin, afirma enfaticamente que é preciso

> (…) romper consistentemente com a determinação da magnitude do valor através do tempo de trabalho (…) [Eldred 1994b: 203].

A partir desta concepção, esta posição tende à afirmação de que o trabalho abstrato e o valor só se determinariam no momento da troca — em cada troca. Michel de Vroey resumiu a idéia central desta corrente teórica da seguinte maneira:

> Nesta concepção o coração da teoria do valor não é mais a quantidade de trabalho incorporada em uma mercadoria mas a validação, isto é, o "salto perigoso" pelo qual o trabalho privado se transforma em trabalho social. Enquanto não há troca, o trabalho privado não é senão trabalho social potencial, uma pretensão a ser trabalho social [de Vroey 1985, p. 37].

Com isto, duvida-se de que o valor possa ser "uma entidade pré-mercado", como faz Geert Reuten [1993, p. 103]; e ele é confundido com o *preço*. Michael Eldred e Marnie Hanlon, por exemplo, são totalmente claros na identificação do *valor* com o *preço de mercado*:

> É o preço, portanto, e não a duração, que mede com validade final a extensão com que o trabalho efetivado no processo imediato de produção de uma mercadoria é reconhecido para a totalidade das mercadorias industriais como valor de uma magnitude definida. Por esta razão, e em

> contraste com Marx, flutuações no preço devem ser vistas como flutuações na magnitude de valor das mercadorias [Eldred e Hanlon 1981, p. 39].

O resultado destas formulações é paradoxal; e a recusa de reduzir o trabalho abstrato ao conteúdo fisiológico comum terminou levando estes autores longe demais. A partir de uma posição como esta, o que sobra da teoria do valor de Marx, que afirma expressamente que a magnitude do valor é determinada pelo tempo de trabalho, no momento da produção? A tendência nesta linha de interpretação, na verdade, é que a própria referência a *trabalho*, concreto ou abstrato, perca o sentido. O valor é reduzido a uma categoria do mercado, a uma categoria da *circulação* apenas[6]. De fato, o valor fica subordinado ao preço e, a rigor, desaparece.

Prolongando esta linha de interpretação, aparece ainda outro problema: a tendência a reduzir a *realidade* do trabalho abstrato à sua *expressão no dinheiro*, como fazem Eldred e Hanlon quando querem "romper consistentemente com a determinação da magnitude do valor através do tempo de trabalho" e afirmam que a determinação da quantidade de trabalho só pode ser feita no preço. Em seu artigo de 1984, Eldred diz que o trabalho abstrato "não tem existência substancial separada da forma do valor, o dinheiro" [Eldred 1994a, p. 200]. A mesma posição é defendida por Simon Mohun:

> O trabalho abstrato como atividade laboral em geral não tem existência como tal; não tem substância [it is substanceless] fora de processos concretos de trabalho; seu caráter "puramente social" significa que "ele só pode aparecer na relação social entre mercadoria e mercadoria" [Marx, *O Capital* I-I, p. 54]. Tal relação requer o desenvolvimento do dinheiro. Logo, o trabalho abstrato é a substância do valor precisamente na medida em que toma a forma de dinheiro. Esta não é uma abstração mental, mas sim uma abstração real, pois o dinheiro tem existência fora das mercadorias [Mohun 1994, p. 222].

Mohun interpreta incorretamente a posição de Marx: o que este diz é que o trabalho abstrato só *aparece* na relação entre as mercadorias, o que leva, como desenvolve no estudo da *forma do valor* [Capítulo I do Livro I], à sua expressão em dinheiro. Além disso, o dinheiro é necessário para que a dimensão abstrata do trabalho se desenvolva, como ele argumenta no Capítulo II do Livro I. Sem o dinheiro, o trabalho abstrato não pode se desenvolver, e não

---

[6] Moishe Postone aponta que a confusão do valor com uma categoria da circulação é na verdade muito difundida no que ele chama de "marxismo tradicional" [Postone 1993, Capítulo 2]. A discussão deste ponto é um dos muitos méritos de seu livro.

aparece. Mas isto é diferente de dizer que o trabalho abstrato só é real, só existe, como dinheiro. Esta posição confunde o reconhecimento social do trabalho, realizado no momento da venda, com a determinação quantitativa do trabalho abstrato e do valor (como veremos adiante).

Além disto, se não há uma dimensão abstrata *quantitativa* do trabalho anterior a cada troca, ou seja, a cada venda e, portanto, com uma realidade anterior à da sua expressão em dinheiro, não pode existir alguma *regularidade* nas trocas. De fato, caímos em alguma versão da determinação do valor simplesmente pela oferta e procura[7].

Em síntese, é preciso cuidar para evitar uma interpretação do trabalho abstrato que exagera sua distinção do trabalho concreto, que o cinda do trabalho concreto a ponto de negar a possibilidade de quantificá-lo (exceto a partir dos preços). Ao contrário disso, uma das funções do conceito de trabalho abstrato é dar base para ancorar o valor em termos quantitativos (em primeiro lugar, como é evidente, por tornar os diversos trabalhos comensuráveis) e para afirmar sua realidade social. É paradoxal que um conceito que tem como uma das suas razões tornar coerente a quantificação dos diversos gastos de trabalho e para afirmar a realidade do valor tenha sido utilizado, inversamente, para negar esta possibilidade de quantificação e a própria realidade do valor.

É possível dizer, portanto, que a "escola do trabalho abstrato" chegou num impasse. Neste trabalho, sugerimos uma maneira evitá-lo. Teremos igualmente como referência o trabalho de Rubin; mas, aproveitando sugestões feitas por Roman Rosdolsky e por Ruy Fausto, procuraremos mostrar que é possível desenvolver o conceito de trabalho abstrato de modo a conseguir o que se exige dele, sem reproduzir as inconsistências apontadas acima — e, sobretudo, preservando o vínculo do valor com o tempo de trabalho e a determinação do valor anteriormente à determinação do preço.

2 — Generalização das trocas e trabalho abstrato

A compreensão do conceito de trabalho abstrato deve partir do reconhecimento de que ele ganha realidade como resultado de um processo histórico.

---

[7] Uma das motivações do desenvolvimento desta abordagem do trabalho abstrato foi a tentativa de enfrentar as dificuldades causadas pelo "problema da transformação", como comentaram, entre outros, Guglielmo Carchedi [1993, p. 211] e Pichit Likitkijsomboon [1995, p. 94]. O que acontece, porém, é que o problema é eliminado (já que o valor coincide com o preço), mas não resolvido, nos termos em que foi colocado.

Em um trecho do item sobre o *fetichismo da mercadoria*, do Capítulo 1 do Livro I, podemos ler:

> Ao equiparar seus produtos de diferentes espécies na troca, *como valores*, [os homens] equiparam seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Não o sabem, mas o *fazem* [*O Capital* I-I, p. 72].

Esta passagem diz que o desenvolvimento do caráter abstrato do trabalho se faz a partir da igualação dos diversos trabalhos humanos, como resultado espontâneo do processo de troca. A igualação dos diversos trabalhos humanos pressupõe a generalização da produção de mercadorias e, portanto, da produção para a venda. Na medida em que o trabalho humano adquire este caráter, começa a se desenvolver sua dimensão *abstrata*.

Todo trabalho humano pode ser reduzido a certo esforço fisiológico, certo "dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos" [*O Capital* I-I, p. 51]. Este é o *ponto de partida* do trabalho abstrato; mas a igualdade fisiológica é insuficiente para caracterizá-lo. A constituição do trabalho abstrato exige condições históricas específicas, dadas justamente pela generalização das trocas, pela generalização do trabalho para vender. Quando isto acontece, o trabalho interessa apenas na medida em que se expressa como valor das mercadorias; se estas vão ser vendidas, ao seu produtor pouco importa seu valor de uso e, portanto, pouco importa o caráter concreto, útil do trabalho que as produz.

Se raciocinamos de forma mais concreta, no contexto das relações no capitalismo, isto se torna mais claro. Do ponto de vista do trabalhador, que está interessado em comprar mercadorias com seu salário, qualquer tipo de trabalho serve para adquirir qualquer tipo de valor de uso. Para o capitalista, o trabalho é apenas um meio de gerar valor. Desenvolve-se, portanto, a *indiferença* com relação ao caráter concreto do trabalho.

Assim, com a generalização das trocas, a igualdade fisiológica dos trabalhos, o fato de eles poderem se reduzir a "dispêndio de força humana de trabalho" [*O Capital* I-I, p. 51], se torna *indiferença pela forma concreta* em que este dispêndio é feito.

Moishe Postone resume esta questão com grande clareza destacando, além disso, um outro aspecto deste processo: o trabalho se torna uma *forma de mediação social*.

> Na sociedade determinada pela mercadoria, as objetivações do trabalho de alguém são um meio pelo qual bens produzidos por outros são adquiridos: alguém labora para adquirir outros produtos. (…) [O] trabalho, independentemente de seu conteúdo específico, serve ao produtor como um meio pelo qual os produtos de outros são adquiridos. O trabalho, em outras palavras, se torna um meio peculiar de adquirir bens na sociedade determinada pela mercadoria; a

> especificidade do trabalho dos produtores é *abstraída* dos produtos que adquirem com seu trabalho. Não há relação intrínseca entre a natureza específica do trabalho despendido e a natureza específica do produto adquirido por meio deste trabalho.
>
> Isto é muito diferente de formações sociais nas quais a produção mercantil e as trocas não predominam, onde a distribuição social do trabalho e de seus produtos é efetuada por uma ampla variedade de costumes, laços tradicionais, relações abertas de poder, ou, concretamente, decisões conscientes. O trabalho é distribuído por relações sociais manifestas em sociedades não-capitalistas. Em uma sociedade caracterizada pela universalidade da forma-mercadoria, entretanto, um indivíduo não adquire bens produzidos por meio de relações sociais abertas. Ao contrário, o próprio trabalho — seja diretamente, seja representado em seus produtos — substitui estas relações servindo como um meio "objetivo" pelo qual os produtos de outros são adquiridos. *O trabalho mesmo constitui uma mediação social, no lugar de relações sociais abertas.* Isto é, uma nova forma de interdependência começa a existir: Ninguém consome o que produz, mas o próprio trabalho ou os próprios produtos, entretanto, funcionam como um meio para obter os produtos de outros [Postone 1993, pp. 149-50].

A indiferença com relação ao conteúdo do trabalho está então ligada à sua função de *mediação social*. Como o trabalho de cada indivíduo se destina a adquirir produtos feitos pelo trabalho de outros, a única coisa que interessa do caráter concreto do trabalho é que respeite o nível médio de produtividade, intensidade e de habilidade vigentes (ou vá além) e, portanto, o tempo de trabalho possa ser contado como "socialmente necessário" (ou até, se possível, possa ir além disto). A permutabilidade geral dos produtos do trabalho, e a conseqüente indiferença com relação a seu conteúdo, significam que a igualdade fisiológica é *posta* socialmente como igualdade social, como homogeneidade, como base para a troca[8]. Torna-se um *caráter social específico* do trabalho. Além disso, a indiferença com relação ao conteúdo do trabalho torna natural que o *tempo de trabalho* seja sua única medida.

Os desenvolvimentos que dão ao trabalho um caráter abstrato só se completam no capitalismo. O trabalho só adquire a impessoalidade necessária para a sua plena "permutabilidade", para a plena indiferença com relação a seu conteúdo, enquanto trabalho assalariado; só então a mediação pelo trabalho substitui as relações econômicas diretas dos indivíduos.

É possível dizer que esta indiferença é reforçada pelo desenvolvimento das técnicas de produção no capitalismo, que simplificam as tarefas do trabalhador e as tornam mais "abstratas",

---

[8] A questão da *posição* da igualdade social foi enfatizada por Ruy Fausto, e será retomada adiante.

já que a divisão do trabalho faz que não haja mais propriamente um produto específico do trabalhador. Pode-se falar, mesmo, numa "abstração fisiológica do trabalho", como faz David Gleicher [Gleicher 1983], referindo-se ao trabalho na era da maquinaria e da grande indústria; mas enquanto trabalho fisiológico, o trabalho jamais poderá ser considerado abstrato; permanecerá sempre concreto e heterogêneo, embora contenha aspectos fisiologicamente iguais.

Por outro lado, Simon Mohun, que critica corretamente a posição de Gleicher, se equivoca quando contrapõe, como duas explicações excludentes, as transformações no processo de trabalho na era da maquinaria e da grande indústria e o desenvolvimento de relações sociais de troca como base para a *abstração do trabalho* [Mohun 1994, p. 218]. Na verdade, o desenvolvimento da forma social age sobre as características físicas, molda-as: este processo começa já com o desenvolvimento da produção de mercadorias (o produtor de mercadorias começa a ser obrigado a comparar o seu dispêndio de trabalho com o dos outros produtores), e é reforçado com a *subsunção real do processo de trabalho ao capital* (todos os elementos do processo de trabalho são comparados com os de outros, e é desenvolvido um esforço sistemático para reduzir seu tempo de duração, bem como para simplificá-los, etc.). No lugar de contrapor as duas explicações, seria mais correto apontar o caráter dominante do desenvolvimento das relações sociais mercantil-capitalistas no processo de constituição da dimensão abstrata do trabalho; as mudanças no trabalho concreto são subordinadas.

Ora, quando entendemos desta maneira o trabalho abstrato, sua realidade se torna clara. Marx já havia tocado neste ponto em *Para a Crítica da Economia Política*:

> Essa redução [dos diversos trabalhos a trabalho sem diferenças, uniforme, simples] aparece como uma abstração, mas é uma abstração que é praticada diariamente no processo social de produção. (…) O trabalho que é medido desta maneira, isto é, pelo tempo de trabalho, aparece não como o trabalho de diferentes sujeitos, mas, ao contrário, os indivíduos diversos que trabalham aparecem como meros órgãos do trabalho. Ou seja, o trabalho, tal como se apresenta em valores de troca, poderia expressar-se como trabalho *humano geral*. Essa abstração do trabalho humano geral *existe* no trabalho médio, que qualquer indivíduo médio de uma sociedade dada pode executar; um gasto produtivo determinado de músculos, nervos, cérebro, etc. É trabalho *simples*, ao qual qualquer indivíduo médio pode ser adestrado, e que deve executar de uma ou outra forma. (…) Se *A* produz ferro em seis horas e tecido em outras seis horas, e *B* da mesma maneira produz ferro durante seis horas e durante outras seis horas produz tecido; ou se *A* durante doze horas produz ferro e *B* durante doze horas produz tecido, isso aparece obviamente como mera diferença no emprego do *mesmo* tempo de trabalho [*Para a Crítica da Economia Política*, p. 33].

No interior do processo de produção em uma economia que troca os produtos de modo geral, um tempo de trabalho concreto qualquer pode adquirir qualquer valor de uso, torna-se representante do *trabalho humano geral*, e por isto seus aspectos particulares são abstraídos e ele se torna trabalho *abstrato*. O trabalho abstrato é, pois, uma abstração, mas "abstração que é praticada diariamente no processo social de produção".

É importante esclarecer o papel do dinheiro na constituição do trabalho abstrato. No processo de generalização das trocas, o desenvolvimento do *dinheiro* é fundamental. Mas não é ele que cria a comensurabilidade dos produtos do trabalho, e menos ainda a determinação quantitativa do valor: ele apenas permite que elas se desenvolvam. O ponto de partida da determinação do valor é o dispêndio de trabalho, são comparações de quantidades de trabalho. Estas se tornam possíveis pela existência do dinheiro — mas dizer que o dinheiro é indispensável para tornar quantidades de trabalho comparáveis é diferente de dizer que ele as cria. Desta forma, se o trabalho abstrato depende do dinheiro para a sua formação, isto não significa que ele seja real apenas no dinheiro. Nem isto seria possível: o dinheiro é forma equivalente, e esta forma só existe numa relação com a forma relativa, como Marx explica no Capítulo 1 do Livro I[9].

3 — A quantificação do trabalho abstrato e seu vínculo com o tempo de trabalho concreto

Isaak Rubin procura esclarecer o significado do trabalho abstrato [Rubin 1980, Capítulo 14, e Rubin 1994] através de uma gradação de três variantes do conceito de *trabalho igual ou homogêneo*: trabalho fisiologicamente igual, trabalho socialmente igualado (como ele poderia ser avaliado em uma economia socialista), e trabalho abstrato. A igualdade fisiológica é um dado da natureza (que pode ser reforçado por uma evolução histórica): todo trabalho é em última análise dispêndio de cérebro, músculos, nervos, mãos humanos. A igualdade social é resultado de um processo social. O trabalho abstrato é trabalho socialmente igualado, mas na forma específica da economia mercantil. Este último conceito inclui, portanto, os anteriores; é mais determinado, mais específico. Estas considerações são resumidas na seguinte definição:

---

[9] Forma equivalente geral e forma relativa geral do valor são dois pólos da mesma relação, e o dinheiro é equivalente geral. Ele só pode assumir esta forma enquanto expressão da dimensão de valor (um *quantum* de trabalho abstrato) das demais mercadorias que se encontram na forma relativa; não é concebível que o dinheiro seja real expressando um quantum de trabalho abstrato sem realidade.

> Trabalho abstrato é a designação da parte do trabalho social que é igualada no processo de divisão social do trabalho através da igualação dos produtos do trabalho no mercado [Rubin 1994, p. 48].

Esta definição, no entanto, encerra um problema sério: pode ser interpretada no sentido de que "o trabalho abstrato só se origina no ato de troca, do que se segue que o valor também se origina apenas na troca" [Rubin 1980: 163; e 1994: 52], mas esta conclusão é inaceitável para a teoria do valor de Marx: "(…) do ponto de vista de Marx, o valor, e dessa maneira também o trabalho abstrato, deve existir já no processo de produção" [Idem, idem].

Rubin se propõe a resolver este problema[10], e constrói sua solução a partir da distinção entre dois sentidos de *troca*: *forma social do processo de produção*, e *fase particular deste processo*, que se alterna com a fase de produção. O trabalho abstrato se origina da troca como *forma social particular do processo social de produção* [Rubin 1980, p. 165; e 1994, pp. 53-4]. Isto tem uma conseqüência importante, pois, a partir do momento em que a troca é "realmente a forma dominante do processo de produção, *ela deixa sua marca no processo de produção direta*" [Rubin 1980, p. 165; 1994, p. 54] [grifo acrescentado]. Rubin esclarece:

> Em outras palavras, desde que uma pessoa produza após ter deixado o ato de troca, e antes de adentrar no próximo ato de troca, o processo de produção direta adquire determinadas propriedades que correspondem à organização da economia mercantil baseada na troca. Mesmo que o produtor mercantil permaneça em sua oficina e num dado momento não entre na troca com os demais membros da sociedade, ele já sente a pressão de todas aquelas pessoas que entram no mercado como seus compradores, concorrentes, compradores de seus concorrentes, etc., em última análise, a pressão de todos os membros da sociedade. Esta relação econômica e essas relações de produção, que se realizam diretamente na troca, estendem sua influência mesmo depois do ato concreto de troca ter-se encerrado. Esses atos deixam uma nítida marca social no indivíduo e no produto do seu trabalho. Já no próprio processo de produção direta o produtor aparece como *produtor mercantil*, seu trabalho possui o caráter de *trabalho abstrato*, e seu produto o caráter de *valor* [Rubin 1980: 165-6; e 1994:54].

Há uma passagem de Marx em que ele diz que "tão logo a troca tenha adquirido extensão e importância suficientes", "o caráter de valor das coisas já [é] considerado ao serem produzidas", que confirma claramente esta interpretação:

---

[10] O conjunto da discussão nesta seção mostra que atribuir a Rubin a posição de que o trabalho abstrato e o valor são definidos no momento da troca, ou a posição de que a única medida do trabalho abstrato é o dinheiro, como fazem alguns dos autores que se inspiram no seu trabalho, e diversos críticos (como Gleicher [1983]), é incorreto.

> (…) [A] cisão do produto de trabalho em coisa útil e coisa de valor realiza-se apenas na prática, tão logo a troca tenha adquirido extensão e importância suficientes para que se produzam coisas úteis para serem trocadas, de modo que *o caráter de valor das coisas já seja considerado ao serem produzidas* [grifo acrescentado]. A partir deste momento, os trabalhos privados dos produtores adquirem realmente duplo caráter social [*O Capital* I-I: 71].

Ruy Fausto argumenta na mesma direção, distinguindo cada troca da troca como processo social, embora esteja tratando uma questão um pouco diferente:

> Marx escreve que, no início mesmo da troca — digamos, por ocasião da primeira troca — os *produtos* (trata-se ainda de produtos, não de mercadorias) não se trocam por mercadorias (isto é, não adquirem a determinação formal do valor de troca) senão *a partir do momento* em que se opera a troca. (…) Os produtos somente são mercadorias antes da troca quando a produção já se faz tendo em vista a troca … [Fausto 1983, pp. 94-5]

Quando, portanto, a produção para a troca já é a forma dominante do processo de produção, e o caráter de valor das coisas já é considerado ao serem produzidas, a quantificação do trabalho abstrato, isto é, a determinação do valor, já é feita no momento da produção. Examinemos com um pouco mais de detalhe como isto acontece.

No momento em que é realizado, o trabalho abstrato já tem uma magnitude determinada:

> É óbvio que, do ponto de vista da teoria de Marx, o trabalho abstrato tem uma magnitude determinada, e exatamente por causa disso o produto do trabalho não só adquire a forma social de valor como tem um valor de magnitude determinada [Rubin 1980: 168].

Para explicar como isto se dá, Rubin recorre à comparação do trabalho abstrato com o trabalho socialmente igualado em uma comunidade socialista. Através de diversos critérios, de redução do trabalho qualificado a trabalho simples, do trabalho do operário mais experiente ao menos experiente, etc., que tornam o trabalho uma *magnitude social*, os órgãos da comunidade socialista medem quantas unidades de trabalho cada trabalhador realizou.

> As unidades desse trabalho são unidades de uma massa homogênea de trabalho social, calculadas e igualadas por órgãos sociais. Simultaneamente, o trabalho social tem uma magnitude completamente determinada, mas (e não se deve esquecer isto) uma magnitude de caráter puramente social. As 20 unidades de trabalho que constituem a quota de A não representam o número de horas trabalhadas, nem o montante de energia fisiológica realmente despendida, mas um número de unidades sociais de trabalho, isto é, uma *magnitude social* [Rubin 1980: 168].

Acrescenta então que "[o] trabalho abstrato é precisamente uma magnitude social desse tipo". E esclarece: "[n]uma economia mercantil espontânea, ele desempenha o papel do trabalho socialmente igualado numa economia socialista organizada conscientemente" [Rubin 1980:

168]. Ao contrário da economia socialista, em que o trabalho dos diversos operários pode ser reduzido a unidades comuns a partir da aplicação consciente de determinados critérios, na economia mercantil é a troca que realiza esta redução, de forma espontânea.

Rubin não estaria com isto caindo na conclusão que queria evitar, a de que o único critério de igualdade dos produtos do trabalho e do trabalho que os produz é o da sua aceitação no mercado, e portanto que a determinação quantitativa do trabalho abstrato e do valor seria realizada exclusivamente no momento da troca? Ele próprio repõe o problema:

> A partir desse ponto de vista [o que aceita como único critério de igualdade do trabalho a igualação de seus produtos no ato da troca], não podemos falar de igualdade ou desigualdade de dois dispêndios de trabalho antes do momento de sua igualação social através do processo de troca. Por outro lado, se no processo de troca esses dois dispêndios de trabalho são igualados socialmente, devemos considerá-los iguais, ainda que não o sejam (…) no processo de produção direta. (…) Teríamos de admitir que a igualação social do trabalho no processo de troca é levada a cabo independentemente dos aspectos quantitativos que caracterizam o trabalho no processo de produção direta (por exemplo, a duração, a intensidade, a extensão do treinamento para um dado nível de qualificação, e assim por diante) e, desta maneira, faltaria à igualação social qualquer regularidade, posto que estaria determinada exclusivamente pela espontaneidade do mercado [Rubin 1980: 170-1].

Para responder a esta questão, Rubin recorre novamente à comparação com a comunidade socialista, em que a igualação social dos trabalhos partiria justamente das suas características efetivas no processo *técnico-material* de produção; numa economia mercantil a igualdade *social* de dois gastos de trabalho se estabelece a partir dos mesmos critérios no processo social de troca (*mas não apenas de cada troca particular*). O mercado deve tomar como base

> (…) uma série de propriedades quantitativas que distinguem o trabalho *em termos de seus aspectos técnico-material e fisiológico*, e que influenciam causalmente a determinação quantitativa do trabalho abstrato antes do ato de troca e independentemente dele[11] [Rubin 1980: 172].

Essas propriedades quantitativas são: 1) a extensão do gasto de trabalho (esta é a propriedade básica, já que a medida do dispêndio de trabalho é em primeiro lugar seu *tempo de*

[11] "Independentemente dele" (Rubin 1980: 172): o sentido é claramente "independentemente de cada ato de troca", embora haja certamente dependência da regularidade das trocas.

duração; 2) a intensidade do trabalho; 3) a qualificação do trabalho; 4) a produtividade do trabalho[12] [Rubin 1980: 172].

Voltando à comparação com o trabalho socialmente igualado numa comunidade socialista: neste caso, a autoridade planejadora define critérios para *contar socialmente* o tempo de trabalho, *tomando como referência as propriedades quantitativas do trabalho concreto mencionadas*; no caso da economia mercantil, *o mercado* (enquanto forma social, como processo de repetição) *faz a mesma coisa*.

Assim, o *tempo de trabalho concreto* é o ponto de partida para a medida do valor; mas deve ser reduzido a *tempo de trabalho abstrato*. O mercado, a partir da generalização da produção para a venda, deve levar em conta as características distintas do trabalho realizado, o que significa estabelecer "taxas de conversão" dos diversos dispêndios de trabalho para o trabalho simples e socialmente necessário[13]. O trabalho qualificado (complexo) deve ser reduzido a trabalho simples (não qualificado) e o trabalho individual a socialmente necessário (trabalho de intensidade, habilidade e produtividade vigentes). Não há maiores problemas para que o mercado leve em conta desigualdades na intensidade e na produtividade do trabalho individual (bem como diferenças naturais de habilidade) e reduza o tempo individual de trabalho a tempo socialmente necessário; simplesmente, trabalho que produz no mesmo intervalo de tempo mais produtos conta como trabalho de maior duração. Alfredo Saad-Filho dá o nome de *normalização* a este processo de redução [Saad-Filho 1997, pp. 469-470][14]. A redução do trabalho qualificado a trabalho simples é um tanto mais complicada, e não será abordada aqui.

Este raciocínio deixa claro que o trabalho abstrato, se não é *apenas* trabalho fisiologicamente igual ou socialmente igualado, *inclui* estas determinações: é trabalho normalizado, socialmente igualado pelo mercado, a partir das suas características fisiológicas. Logo, o trabalho abstrato não faz um corte com o fisiológico, e menos ainda, obviamente, com o social;

---

[12] Rubin diz aqui "quantidade de produtos produzidos numa unidade de tempo" [Rubin 1980, p. 172]. Creio, contudo, que é preferível dizer "produtividade do trabalho", inclusive porque a quantidade de produtos produzidos numa unidade de tempo depende também da intensidade do trabalho, que foi mencionada antes.

[13] Estas "taxas de conversão", naturalmente, só são estabelecidas de forma prática e implícita, através do valor atribuído aos produtos do trabalho.

[14] Naturalmente, não há *normalização* apenas do dispêndio de tempo de trabalho vivo, mas também do gasto de meios de produção (de trabalho morto). Aliás, John Weeks usa o mesmo termo, com o mesmo sentido, referindo-se explicitamente ao trabalho vivo e ao trabalho morto [Weeks 1981, p. 48].

é gasto de trabalho *fisiológico* homogeneizado *socialmente* de uma maneira específica. *Seu ponto de partida é o trabalho concreto*, que é o modo como todo trabalho, seja determinado socialmente ou não, tem de existir.

Marco Lippi faz uma observação semelhante, comentando um parágrafo de Marx na discussão sobre o fetichismo da mercadoria. Destaca a *sólida base natural*[15] em que se apóia a redução do trabalho concreto a trabalho homogêneo, isto é, abstrato:

> (…) [A]pesar de não ser um traço comum a todos os modos de produção, a redução a trabalho homogêneo se apóia sobre uma sólida base natural: "O caráter místico da mercadoria não provém (…) de seu valor de uso. Ele não provém, tampouco, do conteúdo das determinações *do valor*. Pois, primeiro, por mais que se diferenciem os trabalhos úteis ou atividades produtivas, é uma verdade *fisiológica* que eles são funções do organismo humano e que cada uma dessas funções, qualquer que seja seu conteúdo ou forma, é essencialmente *dispêndio* de cérebro, nervos, músculos, sentidos etc. *humanos*. Segundo, quanto ao que serve de base à determinação da grandeza do valor, a *duração* daquele dispêndio ou a *quantidade* de trabalho, a *quantidade* é distinguível até pelos sentidos da *qualidade* do trabalho. Sob todas as condições, o *tempo* de trabalho, que custa a produção dos meios de subsistência, havia de interessar ao homem, embora não igualmente nos diferentes estágios de desenvolvimento" [Lippi 1979a, pp. 158-9; a citação de Marx é de *O Capital* I-I, p. 70].

Com o conceito de trabalho abstrato, não se trata de inventar um "trabalho" distinto do efetivamente realizado, que seria medido de um modo completamente diferente, mas sim de *igualar socialmente* o trabalho — o único trabalho existente. O trabalho abstrato nega o concreto, mas mantém um vínculo com ele[16]. Assim, fica claro que a magnitude do trabalho abstrato é definida na produção.

---

[15] Que a redução do trabalho concreto a abstrato tenha uma *sólida base natural*, porém, não lhe retira o caráter *social*. Falar de uma *base natural* é falar apenas de um *ponto de partida*, não elimina a necessidade de uma *quantificação social*, que é própria ao modo capitalista de produção (até porque é só neste modo de produção que o trabalho é quantificado *enquanto abstrato*). Não é possível atribuir à *lei do valor* o caráter de *forma* de uma lei natural*, de uma lei da produção em geral*. Lippi faz incorretamente esta caracterização, e a partir daí atribui a Marx um conceito *naturalista* do valor; incorre num erro simétrico ao da "escola de Rubin". Aproveitemos para destacar que no parágrafo citado, no interior da própria discussão do fetichismo da mercadoria, Marx fala do trabalho abstrato como "dispêndio de cérebro etc.", o que vai contra a interpretação desta questão por Rubin (ver seção 5).

[16] Por isto Weeks não tem razão na afirmação citada na seção 1; o trabalho abstrato relaciona-se com o concreto, parte do fisiologicamente igual. Aliás, como fica claro quando diz que o trabalho abstrato é determinado a partir da

O mercado não pode definir a magnitude do trabalho abstrato, do valor, sem levar em conta a duração, a intensidade, a qualificação e a produtividade do trabalho que produz as mercadorias. Se o mercado superavalia determinada quantidade de trabalho (isto é, atribui a ela um valor superior ao que lhe corresponderia), os capitalistas cujas mercadorias são beneficiadas com isto saem ganhando, elevam sua taxa de lucro, e há migração de capital e trabalho nesta direção; o contrário ocorre quando o mercado sub-avalia determinada quantidade de trabalho. A constante mobilidade do capital e do trabalho, portanto, leva ao ajuste das avaliações do *quantum* de trabalho abstrato feitas pelo mercado.

Podemos desenvolver a argumentação de Rubin observando que falar da troca como *forma social particular do processo social de produção* implica falar da *concorrência* e, portanto, da pressão que ela faz para a *homogeneização do trabalho* (de sua intensidade, de sua produtividade) *no próprio processo de produção*. Os trabalhadores, defendendo suas condições de vida, tendem a homogeneizar seus gastos de trabalho, isto é, sua intensidade e sua duração. Ou seja: procuram recusar empregos em que tenham de trabalhar com intensidade e duração maiores do que a média social vigente, além de lutarem para reduzi-las. Os capitalistas, defendendo suas taxas de lucro, tendem também a forçar a homogeneização da intensidade do trabalho, e a homogeneizar a habilidade média (conseguindo que o trabalho realizado seja socialmente necessário) e sua produtividade[17], além de homogeneizar também o dispêndio de meios de produção.

O grau de monetização da economia é fundamental para impulsionar este processo de homogeneização. Por um lado, torna possível a comparação de diferentes gastos de trabalho e de meios de produção; por outro lado, obriga a evitar qualquer gasto além do socialmente necessário, estabelece uma tendência à generalização de um trabalho vivo de características médias e a gastos médios de trabalho morto (de meios de produção)[18]. O trabalho abstrato se efetiva apenas no capitalismo desenvolvido: não apenas pela generalização das trocas, mas

---

normalização do trabalho concreto [Weeks 1981, p. 48], ele reconhece este vínculo. É difícil entender como, tendo esta compreensão, pôde fazer a afirmação citada na seção 1.

[17] Naturalmente, a concorrência tem efeitos contraditórios, e esta tendência à homogeneização é sempre negada pelas tentativas de reduzir custos a partir da introdução de progresso técnico, do aumento da intensidade do trabalho, etc.

[18] É curioso que um autor que destaca corretamente esta questão (John Weeks) chegue à conclusão bastante incoerente de que o trabalho abstrato não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho concreto.

também pela homogeneização (tendencial) das condições de produção, das condições de trabalho, que elas forçam.

4 — A redução do trabalho a 'puro dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos humanos' na economia capitalista

Podemos agora chegar à proposta de definição do conceito de trabalho abstrato anunciada no título deste trabalho.

Ao introduzir, no Capítulo I do Livro I de *O Capital*, o conceito de *trabalho humano abstrato*, Marx o apresenta, em primeiro lugar, como a negação das características concretas, úteis, do trabalho:

> Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos nele representados e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se uns dos outros para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato [*O Capital* I-I, p. 47].

Mais adiante, no mesmo capítulo, ele precisa um pouco mais este conceito:

> (…) [M]as a alfaiataria e a tecelagem são trabalhos qualitativamente diferentes. Existem, entretanto, circunstâncias sociais em que *a mesma pessoa*, alternadamente, costura e tece. Esses dois modos diferentes de trabalho são, por isso, apenas *modificações do trabalho do mesmo indivíduo*; não chegaram a ser funções especiais, fixas, de indivíduos diferentes, do mesmo modo, exatamente, que o casaco feito, hoje, por nosso alfaiate, e as calças que ele faz amanhã somente pressupõem variações do mesmo trabalho individual. A evidência ensina ainda que em nossa sociedade capitalista, conforme a mutável orientação da procura de trabalho, *dada porção de trabalho humano* deverá ser alternadamente oferecida ora sob a forma de alfaiataria, ora sob a forma de tecelagem. Essa variação da forma de trabalho pode não transcorrer sem atritos, mas ocorre necessariamente. Abstraindo-se da determinação da atividade produtiva e, portanto, do caráter útil do trabalho, resta apenas que ele é um *dispêndio de força humana de trabalho*. Alfaiataria e tecelagem, apesar de serem atividades produtivas qualitativamente diferentes, são ambas dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. *humanos*, e neste sentido são ambas *trabalho humano*. São apenas duas formas diferentes de despender força humana de trabalho [*O Capital* I-I, p. 51][19].

[19] Foram feitas pequenas adaptações na redação da tradução brasileira, com base na edição Siglo Veintiuno, em benefício da clareza.

Vale a pena destacar, aqui, que os grifos são do próprio Marx, na primeira edição do Livro I[20]; enfatizam o caráter *genericamente humano* do trabalho abstrato.

A conceituação do trabalho abstrato feita nestes parágrafos é avaliada criticamente por diversos autores da "escola do trabalho abstrato". Vêem aí o problema apontado por Ruy Fausto nas "leituras vulgares" do trabalho abstrato: Marx estaria expondo aí uma "concepção fisiológica" e trans-histórica do trabalho abstrato; isto seria incoerente com as diversas vezes em que se referiu ao trabalho abstrato como uma *realidade social* (e como uma abstração *real*), historicamente constituído pela generalização das trocas.

Dois dos autores que julgam problemática a definição inicial do trabalho abstrato desenvolveram argumentos bastante sofisticados para justificar por que Marx a apresentou. Um deles é Isaac Rubin, para quem a aparente incoerência de Marx na sugestão de uma "concepção fisiológica" do trabalho abstrato se explicaria pelo método inicial usado para derivar este conceito — o método analítico. Com este método, quando partimos do valor, não seria possível chegar ao trabalho abstrato como "socialmente igualado na forma específica da economia mercantil"; seria possível chegar ao *conteúdo* do trabalho abstrato, mas não à sua *forma social*. Apenas o procedimento inverso, genético, de partir do trabalho já como se apresenta na economia mercantil, adotado a partir da terceira parte do Capítulo I do Livro I, permitiria chegar ao valor e assim fundamentar o trabalho abstrato como um conceito socialmente determinado [Rubin 1980, Capítulo 12, especialmente pp. 132-3, e Capítulo 14].

Moishe Postone explica a apresentação do trabalho abstrato como trabalho fisiológico pelo caráter de "análise imanente" que sua exposição inicial de *O Capital* tem [Postone 1993, p. 166]. Este tipo de análise é necessário, pois a crítica de Marx do capitalismo é uma crítica de um objeto social historicamente específico *feita do seu interior*, e deve, portanto, ser uma crítica auto-reflexiva. Não é possível fazer a crítica do capitalismo de modo teoricamente rigoroso colocando-se fora dele, adotando um ponto de vista trans-histórico ou transcendental [Postone 1993, p. 140]. Partindo desta compreensão,

> (…) Marx sente-se então compelido a construir sua apresentação crítica da sociedade capitalista de uma maneira rigorosamente imanente, analisando esta sociedade nos seus próprios termos, por assim dizer. O ponto de vista da crítica é imanente a seu objeto social; funda-se no caráter

[20] Reproduzidos na edição Siglo Veintiuno.

> contraditório da sociedade capitalista, que aponta para a possibilidade de sua própria negação [Postone 1993, p. 140].

Esta forma imanente da exposição *pode facilmente ser interpretada incorretamente*; pode-se acreditar que Marx diz justamente o que quer negar. Depois de explicar que "quando a análise parte de um exame das mercadorias para descobrir o que constitui seu valor, pode chegar até o valor — mas não à sua função mediadora" [Postone 1993, p. 168][21], isto é, não pode descobrir seu caráter social, Postone conclui que:

> (…) [A] análise da categoria de trabalho abstrato é uma elaboração própria da natureza imanente da crítica de Marx. Sua definição fisiológica desta categoria é parte de uma análise do capitalismo *nos seus próprios termos*, isto é, como suas formas elas próprias se apresentam. A crítica não parte de uma posição fora do objeto, mas se apóia, ao contrário, no completo desdobramento das categorias e em suas contradições [Postone 1993, p. 170].

Na seqüência, Postone afirma que a argumentação de Marx no Capítulo I do Livro I adota uma "forma descontextualizada" historicamente; a "definição fisiológica" do trabalho abstrato seria uma das conseqüências desta descontextualização; esta se explicaria também pelo fato de Marx estar adotando um ponto de vista imanente, isto é, interno ao próprio capitalismo.

Roman Rosdolsky argumenta em sentido contrário: a definição aparentemente fisiológica do trabalho abstrato é apenas a primeira parte da solução do problema, e deve ser completada depois. Nem ela pretende dizer o contrário do que parece (como argumentam Rubin e Postone), nem é incorreta, mas apenas incompleta:

> Marx perguntava: como podemos considerar que o trabalho é a substância do valor se, na realidade, cada trabalho concreto serve a uma finalidade distinta, sendo realizado por indivíduos com diferentes capacidades, habilidades, etc.? Como é possível reduzir a um denominador comum a infinita multiplicidade dos tipos de trabalho, diferentes individual e profissionalmente? Isso é possível, dizia Marx: "Em primeiro lugar, por mais diferentes que sejam os trabalhos úteis ou as atividades produtivas, é uma verdade, do ponto de vista *fisiológico*, que se trata de funções

[21] Ou seja, à sua forma social. Postone atribui a Marx a definição do trabalho abstrato como "a *função* do trabalho como atividade social mediadora" [Postone 1993, p. 150], já que é através da constituição do trabalho abstrato e de sua representação como valor das mercadorias que as trocas são viabilizadas — desta forma o trabalho humano cumpre um papel de mediação social.

> do organismo *humano*; todas essas funções, sejam quais forem seu conteúdo e sua forma, são essencialmente *gasto* de cérebro, nervos, músculos, órgãos sensoriais etc, *humanos*"[22].
>
> A igualdade fisiológica dos trabalhos humanos é uma precondição necessária à relação de valor. Mas é apenas uma precondição! Pois seria errôneo localizar no conceito fisiológico de trabalho a essência da teoria marxiana do valor, como fazem muitos de seus críticos. (…) Na verdade, por enquanto conhecemos apenas a primeira parte da solução marxiana do problema. Pois, embora em qualquer sociedade seja possível reduzir fisiologicamente o trabalho a um gasto simples de força de trabalho, semelhante redução só é exigida, na prática, em determinada etapa do desenvolvimento histórico, e só nela, de fato, tem lugar. Isso ocorre exclusivamente em uma sociedade de proprietários de mercadorias. Nela, como a troca constitui o único vínculo econômico entre os indivíduos, as mercadorias devem ser consideradas como produtos do trabalho médio, indiferenciado, ou seja, 'gasto de força de trabalho humana sem consideração à forma como foi gasta'. [Rosdolsky 2001, pp. 446-447].

Em resumo: em qualquer sociedade é possível reduzir o trabalho humano a um simples gasto de força de trabalho; mas isto só é necessário, e só se faz de fato, só é transformado no vínculo social entre os produtores, na economia mercantil[23].

Ruy Fausto, por outro lado, apresenta um argumento semelhante ao de Rosdolsky destacando seus aspectos lógicos: a realidade social *põe* a "generalidade em sentido fisiológico" como trabalho abstrato. Dizendo de outra maneira, a *posição* da generalidade fisiológica é *social*; é a partir desta posição que o "dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. *humanos*" é constituído como trabalho abstrato.

> Dizer que a abstração do trabalho não se confunde com a simples generalidade 'trabalho' não quer dizer que a primeira exclua toda generalidade. Na realidade, as abstrações reais 'trabalho' e 'valor' põem a generalidade. Ou antes, elas põem a universalidade, mas esta universalidade é generalidade *posta*. O 'geral' se torna universalidade singular, universal concreto. (…)
>
> Estamos pois diante de uma universalidade (*Allgemeinheit*) que é ao mesmo tempo singularidade. Mas qual é a relação existente entre uma universalidade como esta e a representação da realidade fisiológica da abstração do trabalho? Conservando o lado da 'universalidade' (e

---

[22] Rosdolsky cita aqui uma passagem do Capítulo I do Livro I: *O Capital* I-I, p. 70. Acrescentamos os grifos feitos pelo próprio Marx, de acordo com a edição Siglo Veintiuno.

[23] Além disto: o tempo de trabalho interessa à humanidade em todos os modos de produção, mas só se transforma no vínculo social entre eles na economia mercantil. É por não apreciar de modo satisfatório este ponto que Lippi não percebe que a redução do trabalho concreto a abstrato, por mais que tenha base natural, é um processo social, e atribui a Marx um conceito naturalista de valor.

> portanto em certo sentido a 'generalidade', mesmo se se trata da generalidade 'negada'), não seríamos reconduzidos de novo ao nível fisiológico? A resposta já está dada na noção de *posição*. Não é a realidade biológica da universalidade do trabalho que constitui o trabalho abstrato, mas a posição desta realidade, e a posição já não é mais biológica. A generalidade em sentido fisiológico (não mais do que a generalidade abstrata e subjetiva) — retomamos o problema num nível mais elevado — não constitui o trabalho abstrato: ela é apenas a realidade natural *pressuposta* à (posição) deste. A realidade social *faz com que valha* o que era apenas realidade natural. [Fausto 1983, pp. 91-92]

Este argumento de Ruy Fausto pode ser considerado uma maneira de dizer que a igualdade fisiológica dos trabalhos humanos é a base necessária para a constituição do trabalho abstrato, mas que esta só se efetiva enquanto tal socialmente, quando a generalização das trocas, da produção para a venda, torna indiferente o conteúdo concreto do trabalho (tal como foi exposto na seção 2).

A argumentação de Roman Rosdolsky e Ruy Fausto é perfeitamente satisfatória, enquanto nem a argumentação de Rubin, nem a de Postone, são muito convincentes nesta questão. Explicações engenhosas para a aparente incoerência de Marx na conceituação do trabalho abstrato não são necessárias.

Ao contrário, é possível dizer que há alguma incoerência na *crítica.* Rubin, por exemplo, reconhece que o trabalho abstrato *inclui* a igualdade fisiológica, embora não se reduza a ela. Não tira corretamente, contudo, as conseqüências disto; quando põe a igualdade fisiológica como ponto de partida, está de fato dizendo que o trabalho abstrato é em primeiro lugar um "dispêndio de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos", embora não o reconheça. Assim, mais correto do que dizer que a análise inicial de Marx não permite chegar ao trabalho abstrato é apontar simplesmente que ela é *insuficiente*, e é *completada* a seguir. Como vemos pela citação da p. 51 de *O Capital* I-I acima, que se refere à segunda parte do Capítulo I, Marx *já aí* deixa claro que o trabalho humano é considerado como puro "*dispêndio de força humana de trabalho*" "*em nossa sociedade capitalista*" [grifo acrescentado], e explica por que! Apenas a primeira referência ao trabalho abstrato deixa de explicitar seu vínculo com a economia capitalista; mas ela aparece poucos parágrafos depois da frase inicial, que situa a análise da mercadoria "nas sociedades em que domina o modo de produção capitalista" [*O Capital* I-I, p. 45].

O argumento de Postone não se mostra menos problemático, e pode ser considerado ainda mais difícil de entender dentro da sua posição de conjunto, já que este autor enfatiza de modo muito forte que *o valor é uma categoria da produção*. Postone dá uma contribuição importante para a compreensão de *O Capital* quando chama a atenção para o caráter imanente

da sua argumentação inicial; mas é impossível aceitar que ela seja "descontextualizada": já a primeira frase de *O Capital* faz referência ao modo capitalista de produção, e depois o contexto sócio-histórico da análise fica cada vez mais claro, como vimos no Capítulo 1.

Podemos concluir pela aceitação da "definição fisiológica" do trabalho abstrato como *ponto de partida* da explicitação deste conceito, e chegar à seguinte formulação:

Trabalho abstrato é o trabalho reduzido a puro dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos; esta redução torna-se um fato *real* quando o desenvolvimento da produção mercantil generalizada (a economia capitalista) permite que o produto de um trabalho possa *ser sempre trocado por outro*, e desta maneira promove nos trabalhadores (e nos capitalistas que os contratam) a *indiferença com relação ao conteúdo concreto do trabalho*[24]. A intercambiabilidade dos produtos dá ao trabalho um *caráter social específico*, uma *função de mediação social*. Em resumo: *trabalho abstrato* é *o puro exercício da capacidade de produzir, independentemente do seu conteúdo concreto*, *que ganha existência real* com a permutabilidade geral dos seus produtos.

Referências Bibliográficas

Dobb, Maurice (1945). *Economía Política y Capitalismo*. México, Fondo de Cultura Económica. Publicado originalmente em inglês, em 1937.

_____ *Teoria del Valor y de la Distribución desde Adam Smith*. Buenos Aires, Siglo XXI Argentina, 1975. Edição original em inglês de 1973.

Eldred, Michael (1994a): "A Reply to Gleicher", *in* Mohun, Simon (ed.) (1994), pp. 199-203. Originalmente publicado em 1984.

_____ (1994b): "Postscript" a 1994a, pp. 203-204.

Eldred, Michael, and Hanlon, Marnie (1981): "Reconstructing Value-Form Analysis". *Capital and Class* n.º 13, Spring, pp. 24-60.

Elson, Diane (ed.) (1979). Value: *The Representation of Labour in Capitalism*. London, CSE Books.

Fausto, Ruy (1983). "Abstração Real e Contradição: sobre o Trabalho Abstrato e o Valor". In: Fausto, Ruy, *Marx — Lógica e Política, Tomo I*. São Paulo, Editora Brasiliense, pp. 89-138. Artigo publicado originalmente em francês, em 1978.

[24] Como vimos, do caráter concreto do trabalho só interessa seu nível de produtividade, intensidade e habilidade — uma forma de interesse pelo trabalho concreto desligada do seu conteúdo propriamente dito.

Gleicher, David (1983). "A historical approach to the question of abstract labour". *Capital and Class* 21, Winter, pp. 97-122. Republicado em Mohun (ed.) 1994, pp. 174-198.

Hilferding, Rudolf (1974). "La crítica de Böhm-Bawerk a Marx", in: Sweezy (org.), 1974. Originalmente publicado em alemão, em 1904.

Kay, Geoffrey (1979). "Why Labour is the Starting Point of Capital". In: Elson, Diane (ed.) 1979, pp. 46-66.

Likitkijsomboon, Pichit (1995): "Marxian Theories of Value-Form". *Review of Radical Political Economics*, Vol. 27, nº 2, pp. 73-105.

Lippi, Marco (1979a). *Marx. El valor como coste social real*. Madrid, Ediciones Piramide. Originalmente publicado em italiano em 1976.

Marx, Karl (1975). *El Capital*, Libro Primero. Volúmenes I, II e III. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Argentina Editores.

_____ (1982). *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo, Abril Cultural, Os Economistas.

_____ (1988). *O Capital*. São Paulo, Nova Cultural, 3ª edição. Cinco volumes: Livro I, Volumes I e II; Livro II, Volume III; Livro III, Volumes IV e V.

Meek, Ronald (1971a). *Economia e Ideologia*. Rio de Janeiro, Zahar Editores. Edição original inglesa de 1967.

_____ (1971b) "Sraffa e a Reabilitação da Economia Clássica". In: Meek 1971a, pp. 209-230.

_____ (1973). *Studies in the Labour Theory of Value*. London, Lawrence & Wishart, Second Edition. A primeira edição é de 1956.

Mohun, Simon (ed.) (1994). *Debates in Value Theory*. London, Macmillan Press Ltd.

Mohun, Simon (1994). "Value, Value-Form and Money". In: Mohun (ed.) 1994, pp. 214-230.

Moseley, Fred (ed.) (1993). *Marx's Method in Capital — A Reexamination.* New Jersey, Humanities Press International.

Postone, Moishe (1993). *Time, labor and social domination*. New York, Cambridge University Press.

Reuten, Geert (1993). "The Difficult Labor of a Theory of Social Value: Metaphors and Systematic Dialectics at the Beginning of Marx's Capital", *in* Moseley, Fred (ed.) (1993), pp. 89-113.

Rosdolsky, Roman (2001). *Gênese e Estrutura de* O Capital *de Karl Marx*. Rio de Janeiro, Contraponto Editora/Editora da UERJ. Originalmente publicado em alemão em 1968.

Rubin, Isaak Illich (1980). *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo, Brasiliense. Traduzido da 3ª edição russa, de 1928.

_____ (1994). "Abstract Labour and Value in Marx's System", *in* Mohun, Simon (1994), pp. 35-72. Originalmente publicado em 1927.

Saad-Filho, Alfredo (1997). "Concrete and Abstract Labour in Marx's Theory of Value". *Review of Political Economy*, Vol. 9 (4), October 1997, pp. 457-477.

Sweezy, Paul (1967): *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2º edição. Originalmente publicado em inglês em 1942.

_____ (org.) (1974): *Economia Burguesa y Economia Socialista*. Buenos Aires, Pasado y Presente, Siglo XXI Argentina Editores. Originalmente publicado em inglês em 1949.

de Vroey, Michel (1985). "La théorie marxiste de la valeur, version travail abstrait. Un bilan critique". In : Dostaler, Gilles et Laguex, Maurice (dir.) (1985). *Un échiquier centennaire. Théorie de la valeur et formation des prix*. Paris et Québec, Éditions La Découverte et Presses Universitaires du Québec.

Weeks, John (1981). *Capital and Exploitation*. Princeton, Princeton University Press.